

*Sobre justiça: lições de Platão, Rawls e Ishiguro***

On justice: lessons from Plato, Rawls and Ishiguro

A justiça ocupa um lugar especial no panteão das virtudes¹. Os antigos frequentemente a concebiam como a virtude mestra, aquela que ordena todas as outras. Para Platão, a justiça tinha exatamente esse estatuto abrangente. O indivíduo justo, ele nos diz n'*A república*, é aquele em quem as três partes d'alma – a racional, a irascível e a apetitiva – e as três virtudes correspondentes – sabedoria, coragem e temperança – relacionam-se corretamente entre si. A justiça na cidade é, precisamente, análoga à individual. Na cidade justa, cada classe efetua sua virtude específica ao realizar a tarefa apropriada à sua natureza, sem interferir nas demais. A parte racional e sábia desempenha a função do governo, a irascível e corajosa encarrega-se da defesa, e o resto, os desprovidos de inteligência, porém capazes de temperança, cultivam a terra e realizam trabalho manual. A justiça é o equilíbrio harmonioso entre esses três elementos constituintes.

A maioria dos filósofos modernos rejeita os pormenores da visão platônica. Quase ninguém crê, hoje em dia, que a cidade justa é rigidamente

* É professora de Ciência Política na New School University (Nova York, NY, Estados Unidos).

** Do original "On Justice: lessons from Plato, Rawls and Ishiguro" publicado na *New Left Review*, n. 74, março-abril 2012. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. Agradeço gentilmente a autorização da autora para traduzir o artigo. Agradeço também Arthur Virmond de Lacerda, por revisar o texto ortográfico e gramaticalmente, e Amanda Azevedo Silva, por localizar as passagens necessárias da tradução brasileira de *Não me abandone jamais* (N. T.).

¹ Este ensaio foi proferido em uma conferência sobre "as virtudes" no Centre for Contemporary Culture, em Barcelona, em 13 de fevereiro de 2012.

estratificada, com três classes permanentes – a governante, a militar e a trabalhadora –, cujas vidas diferem entre si de maneira gritante. Contudo, muitos filósofos resguardaram a ideia platônica de que a justiça, longe de ser simplesmente uma virtude dentre outras, desfruta de estatuto especial como virtude mestra. Uma versão dessa concepção está presente no célebre livro de John Rawls, *Uma teoria da justiça*, no qual o autor afirma que a “justiça é a virtude primeira das instituições sociais, assim como a verdade o é dos sistemas de pensamento” (Rawls, 2008, p. 4). Com isso, Rawls não quis dizer que a justiça é a virtude mais alta, mas sim que ela é a virtude fundamental, aquela que assegura a base para o desenvolvimento de tudo o mais. Em princípio, as configurações sociais podem exibir um número qualquer de virtudes. Elas podem ser, por exemplo, eficientes, ordenadas, harmoniosas, generosas ou enobrecedoras. Mas a realização dessas possibilidades depende de uma condição anterior, qual seja, a de que as configurações sociais em questão sejam justas. É nesse sentido, pois, que a justiça é a virtude primeira: é apenas com a superação da injustiça institucionalizada que conseguimos firmar o solo a partir do qual as demais virtudes, tanto sociais quanto individuais, podem florescer.

Se, como penso, Rawls está certo nesse ponto, então, ao avaliar as configurações sociais, a primeira questão que devemos colocar é: elas são justas? Para responder-lhe, podemos recorrer à outra tese sua: “o tema primordial da justiça é a estrutura básica da sociedade.” Essa afirmação conduz nossa atenção, das várias características imediatamente acessíveis da vida social, à gramática profunda que lhes subjaz, às regras básicas institucionalizadas que estabelecem os termos elementares da interação social. Somente quando elas se ordenam de modo justo é que os outros aspectos mais palpáveis da vida também podem ser justos. Certamente, os pormenores da visão que Rawls tinha da justiça – como os de Platão – são problemáticos. A ideia de que a justiça pode ser julgada exclusivamente em termos distributivos é muito restrita, do mesmo modo como o é mecanismo da “posição original”. Todavia, para os propósitos deste ensaio, endossarei a ideia de Rawls de que o foco da reflexão sobre a justiça deve ser a estrutura básica da sociedade. Para explorar essa abordagem e destacar seus méritos, analisarei o romance *Não me abandone jamais*, de Kazuo Ishiguro.

O livro conta a estória de três amigos, Kathy, Tommy e Ruth, habitantes de uma ordem social peculiar. Quando primeiro os encontramos, eles são

crianças que vivem no que parece ser um internato inglês privilegiado, denominado Hailsham. À medida que a estória se desenrola, contudo, descobrimos que as crianças são na verdade clones. Elas foram criadas para prover órgãos vitais aos não clones, que doravante chamarei de “originais”. Na segunda parte do romance, a protagonista deixa Hailsham e passa a viver nas Cabanas, residência transitória abandonada, onde os clones aguardam “treinamento”. Por ora adolescentes, eles se preparam para iniciar sua tarefa de vida, a “doação”, que culminará, ao término de quatro cirurgias, em “conclusão”. Na terceira parte, os protagonistas são jovens adultos. Tommy e Ruth tornaram-se “doadores”, ao passo que Kathy se tornou uma “cuidadora”, o clone que cuida dos que estão no pós-operatório da remoção de órgãos. Depois que Tommy e Ruth “concluem”, Kathy sente que não pode mais desempenhar seu papel. O livro termina quando ela própria se prepara para submeter-se à “doação”.

Não me abandone jamais é uma obra poderosa, que me deixou comovida em sua primeira leitura. Na verdade, essa descrição é incompleta – no momento em que terminei a leitura eu soluçava incontrolavelmente. Alguns críticos interpretaram o livro como uma ficção científica distópica, que alerta para os perigos da engenharia genética; outros o leram como um *Bildungsroman*, no qual jovens com esperanças desmedidas e pouco entendimento sobre o realmente importante da vida ganham sabedoria para valorizar relacionamentos e aceitar o mundo como ele é. Ao meu ver, nenhuma das interpretações está inteiramente equivocada. Cada uma capta um aspecto da obra, porém ambas ignoram o que julgo ser o núcleo vital do livro. Do modo como o leio, *Não me abandone jamais* é uma reflexão sobre a justiça – uma visão dilacerante de um mundo injusto e do profundo sofrimento que ele inflige em seus habitantes.

Peças de reposição

Que ideias o livro tem a oferecer? Acima de tudo, ele nos convida a pensar sobre a justiça através de sua negação. Ao contrário de Platão, Ishiguro não almeja representar uma ordem social justa e oferece, antes, um retrato deprimente de uma ordem que o leitor nota ser profundamente injusta. Isso já enfatiza um ponto importante: a justiça jamais se experimenta diretamente. A injustiça, em contraste, é experimentada diretamente, e é por meio dela que formamos uma ideia da justiça. É apenas pela ponderação do que con-

sideramos injusto que começamos a construir um sentido do que seria uma alternativa. Somente quando imaginamos o que seria preciso para superar a injustiça é que o nosso conceito de justiça deixa de ser vago e adquire conteúdo. Portanto, a resposta para a questão socrática “O que é a justiça?” só pode ser uma: justiça é a superação da injustiça.

Como, então, reconhecemos a injustiça? Se examinarmos a ordem social descrita em *Não me abandone jamais* e indagarmos por que, e sob quais aspectos, ela é injusta, deparamo-nos com uma resposta óbvia: essa ordem social é injusta porque é exploradora. Os clones são criados e mantidos vivos por causa dos originais. Eles são fontes de órgãos, depósitos ambulantes de peças de reposição, que se cortarão de seus corpos e transplantar-se-ão para os corpos dos originais quando necessário. Eles vivem, sofrem e, eventualmente, morrem para que os originais possam gozar de vidas mais longas e saudáveis. Tratados meramente como meios para os fins dos originais, não se lhes atribui nenhum valor intrínseco. Seus interesses e necessidades são anulados, ou na melhor das hipóteses, subordinados aos dos originais. Dito de outra maneira, os clones não se qualificam como sujeitos de justiça. Excluídos de qualquer consideração e respeito, não são reconhecidos como seres pertencentes ao mesmo universo moral dos originais.

A esse respeito, Ishiguro formula uma observação perspicaz sobre exclusão, identidade e alteridade. Os clones podem ser excluídos de qualquer consideração moral porque são vistos como categoricamente diferentes dos originais. É essa suposta alteridade ontológica básica que justifica sua exploração e, ao longo de suas vidas, sua segregação dos originais. Seu confinamento a lugares especiais, como Hailsham, onde vivem em um mundo fechado, sem contato exterior, a interagir apenas com seus semelhantes e professores – que Ishiguro nomeia, em um gesto que acena para Platão, de “guardiões” – cumpre um propósito específico. A proibição de contato direto entre clones e originais impede a formação de experiências de similaridade ou afinidade entre ambos, o que contrariaria a suposição de diferença ontológica. Com efeito, semelhante suposição é paradoxal. De fato, os clones são réplicas genéticas exatas dos originais, e nisso mesmo reside sua utilidade para estes. Decerto, sua subjetividade difere da dos originais, visto que os clones possuem memórias e experiências próprias. No entanto, geneticamente, ambos os grupos estão em relação de absoluta identidade, uma semelhança tão extrema que chega a ser inquietante, quicá insuportável. Podemos

especular que daí se segue uma ansiedade perturbadora; isso explicaria a ânsia dos originais em enfatizar, a todo custo, o aspecto fundamentalmente diferente de seu estatuto ontológico, o que, portanto, legitimaria a exclusão dos clones do universo de consideração moral.

Não obstante, como mostra Ishiguro, clones e originais partilham do mesmo esquema de cooperação social. Os clones estão sujeitos à mesma estrutura básica da sociedade, no sentido rawlsiano do termo. Os dois grupos atuam sob um conjunto comum de regras básicas, que estabelece que a substância vital de um grupo esteja à mercê de outro, pronta para ser explorada em prol dos originais, independentemente do dano que isso acarretará aos clones. Os dois grupos compartilham, pois, de uma mesma bioeconomia, um matriz biopolítico comum de vida e morte. Os originais dependem dos clones para sobreviver; entretanto eles se recusam a conferir-lhes qualquer reconhecimento como parceiros de interação social.

Para nós, leitores, esta situação é injusta. Reconhecemos uma incompatibilidade entre o círculo restrito dos que se qualificam como sujeitos de justiça (apenas os originais) e o círculo maior dos que conjuntamente se submetem à estrutura básica da sociedade (originais e clones). Semelhante incongruência, nós julgamos, é moralmente errada. Por conseguinte, para nós, a justiça exige que todos os governados por um conjunto comum de regras básicas sejam reconhecidos como relevantes, no sentido de que pertencem ao mesmo universo moral. Nenhum participante deve ser instrumentalizado para o benefício de outrem; todos merecem igual consideração. Apenas por conta deste motivo, a ordem social descrita em *Não me abandone jamais* é profundamente desconcertante.

Conhecimento terrível

O que torna o mundo descrito no livro verdadeiramente revoltante, todavia, é outra coisa: os seus protagonistas não percebem seu mundo da mesma maneira como nós. Os clones não consideram sua situação injusta. Toda sua criação e socialização foram direcionadas para essa ordem altamente exploradora. Uma vez que essa é a única sociedade que conhecem, suas regras lhes parecem naturais e normais. Em verdade, há um deles, Tommy, que por vezes sente-se furioso. Quando criança, em Hailsham, sem qualquer motivo aparente, Tommy padecia de explosões de raiva. Mas os outros, inclusive sua amiga mais próxima, Kathy, tratavam sua raiva como algo pessoal. Ninguém

jamais supunha, inclusive o próprio Tommy, que havia boas razões justificando sua raiva. Todos o encorajavam, de várias maneiras, todos o encorajavam a acalmar os ânimos, e foi o que ele fez. Ao encontrarmos Tommy mais tarde, como um adolescente nas Cabanas, sua raiva já está domesticada. O que sobra é um resto de tristeza – uma qualidade persistente que aponta a existência de regiões internas inacessíveis e incompreensíveis.

Mais uma vez, Ishiguro comunica outra intuição profunda. Sem dúvida alguma, a injustiça é uma questão de vitimização objetiva, uma relação estrutural em que alguns exploram outros e lhes negam qualquer reconhecimento moral como sujeitos de justiça. No entanto, o dano se agrava quando os explorados carecem de meios para interpretar sua situação como injusta. Isso pode ocorrer por meio de manipulação deliberada – quando, por exemplo, os exploradores compreendem perfeitamente a injustiça, mas a mascaram para os explorados. Entretanto, isso também pode se dar de um modo mais sutil – quando, por exemplo, a esfera pública de uma sociedade supostamente democrática é monopolizada por discursos individualizantes, que concentram a culpa nas vítimas e eclipsam as perspectivas estruturais. Ou quando termos anódinos, eufemísticos e vagamente elogiosos são rotineiramente empregados para se referir a realidades criminosas – quando, por exemplo, a remoção compulsória de órgãos corporais é chamada de “doação”, e as mortes resultantes, de “conclusão”. Em tais casos, os esquemas interpretativos dominantes espelham a experiência dos exploradores e convêm apenas a seus interesses. Os explorados, inversamente, têm poucas ou nenhuma palavra para efetivamente articular seus interesses como classe de indivíduos. O resultado final é outro aspecto ou nível de injustiça: os meios de interpretação e comunicação da sociedade não servem todos os membros sociais de modo equânime.

Nessas condições, as vítimas carecem de uma condição essencial para reagir de modo apropriado à sua situação. A resposta apropriada à injustiça, supomos, é a indignação. Contudo, semelhante resposta é possível apenas quando os explorados dispõem de esquemas interpretativos que lhes permitem categorizar sua situação como não apenas desventurada, mas também injusta. Sem isso, os explorados tendem a se culpar. Convencidos de que seu estatuto inferior é justificado, eles oprimem qualquer raiva legítima e se enredam em problemas emocionais. Destarte, uma injustiça na organização social do discurso gera consequências psicológicas nefastas.

Não me abandone jamais desenvolve algumas dessas consequências. De início, na maior parte do tempo que passam em Hailsham, os protagonistas não sabem que são clones. Ignorantes dos termos da ordem social em que foram inseridos, eles não sabem que estão sendo criados para fornecer membros corporais para uma classe superior. Grande parte do drama da primeira seção advém de uma série de incidentes nos quais os personagens deparam-se com situações estranhas, insinuações de uma realidade outra, mais sombria, por trás de seus relativamente felizes dias escolares. Entretanto, o leitor, inicialmente ingênuo, aos poucos compreende a verdade – e, ansiosamente, torce para que os clones a percebam também. Em todo caso, nossos desejos por uma revelação catártica não se concretizam. Com uma consternação crescente, vemos os protagonistas aproximarem-se da verdade, não a descobrindo por muito pouco, para então se afastarem dela repetidamente. Incapazes ou indispostos a cogitar tamanho conhecimento terrível, eles ignoram as pistas, disfarçam as irregularidades, e inventam explicações cada vez mais mirabolantes para se protegerem de uma verdade cruel.

Não resta dúvida de que os funcionários de Hailsham defendem a ignorância das crianças. Em certo momento, uma professora responsável pelas crianças – que, ela percebe, não diferem dela – sucumbe à compaixão e deixa escapar a verdade, para então ser prontamente demitida. Ela violou a política da escola, segundo a qual a verdade deve emergir gradualmente, em pequenas doses, a fim de que os clones descubram apenas aquilo que estão aptos a suportar. Essa técnica evoca uma famosa anedota sobre sapos, que, se jogados em uma panela de água fervente, imediatamente pulam para fora. Se, contudo, os colocamos em uma panela de água fria que gradualmente se aquece, os sapos permanecem dentro tranquilamente e fervem até morrer. A política de Hailsham de revelar o conhecimento da verdade em doses mastigadas retém os clones infantis dentro da panela.

Pessoalidade e poder

Os clones descobrem, eventualmente, a verdade. Mas a essa altura são incapazes de sentir indignação. Reagindo com pesar em vez de com raiva, os clones adolescentes consideram-se desventurados, mas não olham sua situação ou a estrutura básica que lhe subjaz como injustas. Tampouco conjecturam uma revolução ou protesto coletivo. Muito pelo contrário, eles se agarram à promessa de salvação garantida a um pequeno grupo de sortudos e ficam

obcecados com a possibilidade de “dispensa” – outra escolha interessante de vocabulário, que alude às dispensas do serviço militar obrigatório, concedidas a estudantes universitários, nos Estados Unidos, durante a Guerra do Vietnã. Em *Não me abandone jamais*, boatos se espalham entre os clones de que é possível, em circunstâncias excepcionais, adiar por três anos o início da remoção cirúrgica de órgãos. Para obter uma dispensa, reza a lenda, um casal de clones deve demonstrar que está verdadeira e profundamente apaixonado.

A ideia de que estar apaixonado possa constituir a base para o adiamento da remoção forçada de membros é significativa da parte de Ishiguro. Essa lenda urbana peculiar estabelece um vínculo entre individualidade afetiva e valor intrínseco. A suposição é a de que o clone, até então tratado como detentor de valor unicamente extrínseco e manipulado como mero meio para fins de outrem, pode galgar, não obstante, um estatuto social mais elevado, ao menos temporariamente, e ser considerado valioso e digno de consideração por si próprio. A suposição adicional é a de que o que permite semelhante transmutação é a interioridade e individualidade do ser em questão, que se concretiza na experiência do amor romântico. O que confere valor é, pois, a subjetividade pessoal.

Os clones adultos depositam todas suas esperanças nessa ideia. Ela oferece algo consideravelmente mais importante que a promessa de três anos de integridade corporal: ela lhes permite se reconhecerem como algo mais do que depósitos ambulantes de peças de reposição. Ela lhes sugere, antes, que eles são indivíduos únicos, insubstituíveis, cada qual com uma vida interior *sui generis*. E de onde os clones tiraram essa ideia? De Hailsham, que, aprendemos com o livro, foi fundada como uma alternativa progressista para os cortiços miseráveis onde antigamente se confinavam os clones. Enojados com as condições nas quais suas réplicas biológicas viviam, reformadores liberais sensibilizaram-se e conceberam uma instituição especial, onde os clones seriam educados e mostrariam ter alma. A escola enfatizava a auto-expressão criativa, estimulando os clones a produzirem obras de arte. As melhores, eles lhes diziam, seriam expostas em uma galeria fora da escola. Posteriormente, quando Tommy busca uma “dispensa”, ele decide garantir sua reivindicação por meio da produção artística. Ele provará a imensidão do seu amor através de suas pinturas.

Novamente, Ishiguro destaca a (in)justiça de modo pungente e denuncia que a individualidade é uma faca de dois gumes. Por um lado, ela é a

característica distintiva da personalidade e do valor intrínseco, o bilhete de entrada para o universo de consideração moral. Todavia, ela facilmente se converte em meio de captura do poder, em instrumento de dominação. Apartada de uma compreensão estrutural de uma ordem social exploradora, a individualidade pode degenerar em objeto de culto, em substituto do pensamento crítico, que impede a superação da injustiça. Nas sociedades de consumo de massa “democráticas”, a individualidade é a forma de ideologia dominante, o principal conceito pelo qual se interpelam os sujeitos. É como “indivíduos” que somos exaltados a assumir responsabilidade por nossas próprias vidas, encorajados a atender nossos anseios mais profundos por meio da compra e posse das mercadorias e afastados da ação coletiva rumo às “soluções pessoais”, que nos instiga a obter dispensas para as nossas preciosas e insubstituíveis personalidades.

Ishiguro esboça uma descrição magistral do paradoxo da individualidade. O que há de mais cruel e perverso no mundo que ele cria é que os protagonistas são vendidos como bens de consumo. Socializados para enxergar a si mesmos como indivíduos, eles não suportam largar mão dessa ideia, mesmo quando a verdade é escancarada: eles são na verdade sacos de peças de reposição, criados para serem consumidos. O que me fez soluçar foram as linhas finais do livro, narradas por Kathy, no início de seus trinta anos. Como “cuidadora”, ela passou os últimos dez anos auxiliando seus clones amigos, incluindo Tommy e Ruth. Ela cuidou de seus corpos frágeis, exauridos, sucessivamente destituídos de órgãos vitais. Manteve-os vivos e disponíveis para “doações” posteriores, proporcionando o consolo que podia, como que para rebater a afirmação deprimente de Ruth de que os clones tinham sido modelados a partir de “lixo” humano. A essa altura da estória, seus dois amigos morreram, e Kathy não consegue mais continuar com o seu trabalho. Após decidir começar suas próprias “doações”, ela antecipa sua “conclusão” e faz um balanço de sua vida: “As memórias que mais valorizo, jamais as abandonarei. Perdi Ruth, depois Tommy, mas não perderei minhas memórias deles.” Embora não procure reminiscências do passado, Kathy recorda:

O único ato gratuito que já fiz, só uma vez, foi algumas semanas depois de ficar sabendo que Tommy concluíra. Dirigi até Norfolk, mesmo sem precisar. Não procurava nada em especial (...) Talvez tenha apenas sentido vontade de ver aquelas baixadas todas de novo e os imensos céus cor de chumbo. A certa altura, me vi numa estrada onde

eu nunca estivera antes e, durante uma meia hora, fiquei sem a menor ideia de onde estava e não me incomodei (...) Eu estava diante de uma imensidão de terras preparadas para o plantio. Entre mim e elas havia uma cerca com duas fileiras de arame farpado, e reparei que essa cerca e mais umas três ou quatro árvores eram as únicas coisas capazes de barrar o vento por vários quilômetros. Ao longo da cerca, sobretudo junto ao arame de baixo, todo tipo de lixo havia se acumulado e enroscado. Era como os detritos que você vê na beira-mar; o vento devia ter transportado parte daquilo tudo por quilômetros e quilômetros até finalmente topar com o pequeno arvoredo e aquelas duas fileiras de arame. Lá no alto, nos galhos da árvore, também pude ver balançando lâminas de plástico rasgadas e pedaços de sacola velha. Foi a única vez, enquanto estava ali parada, olhando para aquele lixo todo, sentindo o vento atravessar aquelas terras desertas, que alimentei uma pequena fantasia (...) Pensava no lixo, no plástico balançando nos galhos, na fila de coisas estranhas presas ao longo da cerca, e, com os olhos semicerrados, imaginei que esse era o lugar para onde tinha sido arrastado tudo o que eu perdera desde a minha infância. Estava, agora, na frente de tudo isso, e se esperasse o bastante, uma figura minúscula apareceria, lá longe, e aumentaria aos poucos, até que eu visse que essa figura era Tommy, e ele então me acenaria, talvez até me chamasse. A fantasia não passou disso – não permiti – e, muito embora as lágrimas estivessem rolando, não solucei nem perdi o controle. Apenas esperei um pouco, depois voltei para o carro, e dirigi para onde quer que devesse ir (Ishiguro, 2005, p. 342-3).

Kathy fala aqui por todos aqueles que nossa ordem social interpela como indivíduos, ao mesmo tempo que os trata como peças de reposição – como trabalhadores sujeitos a condições insalubres; funcionários descartáveis; provedores de órgãos, bebês e sexo; detentores de trabalhos servis; catadores e sacos de lixo; como matéria-prima a ser usada, degradada e despejada, uma vez que o sistema tenha extraído dela tudo o que queria. Outrora, esses grupos eram batizados de “os condenados da Terra”. Hoje em dia, são por demais onipresentes e próximos para receberem essa designação. Podemos vê-los, antes, como uma fração considerável dos “noventa e nove por cento”². Kathy fala em nome de todas essas pessoas, sem, contudo, expedir um chamado às armas. Em vez disso, ela dá voz a toda dor, confusão, autonegação, esperanças e anseios frustrados que compuseram sua breve e trágica vida. Sobretudo, ela apresenta uma reivindicação inflexível por seu quinhão de dignidade, em face de uma ordem social que a desrespeita sem cessar. Ela

² Alusão ao movimento *Occupy Wall Street*, que, contra a concentração de renda e desigualdade social, buscava defender “os noventa e nove por cento” mais pobres da população (N. T.).

também se mantém firme no esforço por fabricar algum sentido para a sua vida, mesmo quando a estrutura básica de sua sociedade não a muniu de nada senão destroços para semelhante construção. A conjunção de sentimentos demasiado humanos e emoções abaladoras é o que torna as palavras dessa pobre clone tão comoventes.

Da ficção à prática

Permita-nos, agora, deixar o mundo de *Não me abandone jamais* e o *pathos* que ele nos propicia, e pensemos pragmaticamente sobre o que o livro nos ensinou. De que maneira as várias ideias de Ishiguro podem aplicar-se ao nosso mundo social? Em primeiro lugar, a estratégia de abordar a justiça negativamente, por meio da injustiça, é poderosa e profícua. *Pace* Platão, não precisamos saber o que é a justiça para reconhecer que algo está errado. Antes, o que precisamos é afiar nosso senso de injustiça e cortar os véus da ideologia. Ao atentarmos para o que está errado, precisamos determinar porque isso se deu e como semelhante situação pode tornar-se justa. Somente por meio desse exercício negativo do pensamento é que poderíamos formular um conceito de justiça para além do domínio da abstração e concretizá-lo, enriquecê-lo, tornando-o frutífero para este mundo.

Em segundo lugar, e de novo contra Platão, devemos nos precaver contra a edificação de diferenças essenciais e suspeitar as tentativas de demarcação de linhas divisórias entre guardiões e trabalhadores, *insiders* e *outsiders*, cidadãos e estrangeiros, europeus e outrem. Devemos, igualmente, desconfiar das diferenças ontológicas pregadas com vistas a legitimar uma ordem social dupla, que postula um conjunto de direitos para “nós” e outro para “eles”. Tais tentativas mascaram ansiedades identitárias e perpetuam um enquadramento inadequado para a abordagem da justiça. Elas autorizam a exclusão daqueles que não se qualificam de sujeitos de justiça. Em terceiro lugar, em vez de nos focarmos na alteridade, devemos seguir Rawls (e Marx!) e atentar para “a estrutura básica da sociedade”. Para averiguar quem é passível de consideração moral, devemos estabelecer quem está submetido a um conjunto de regras básicas compartilhado, que define os termos da cooperação social. Se as regras básicas instauram uma dependência exploratória de um grupo a outro – a fim de suprir necessidades tão vitais quanto sexo, reprodução de bebês, cuidados infantis, trabalho doméstico, assistência a idosos, trabalho laboral, limpeza e recolhimento de resíduos, fornecimento de órgãos corpo-

rais – então isso significa que eles estão submetidos à mesma estrutura básica da sociedade. Membros de ambos os grupos habitam o mesmo universo moral e merecem igual consideração em questões de justiça.

Em quarto lugar, devemos nos precaver contra abordagens que enquadram a justiça erroneamente, que injustamente nega reconhecimento equânime a todos. Mais ainda, devemos ficar alerta para os casos em que o âmbito de sujeitos de justiça não engloba todos os que se submetem à mesma estrutura básica. Contra Rawls, devemos, pois, contestar os que fazem da cidadania formal o critério último para delimitar quem se classifica ou não como sujeito de justiça, visto que semelhante abordagem necessariamente perpetua um enquadramento equivocado para examinar a justiça em uma ordem social que é transnacional, quiçá global. Em quinto lugar, devemos questionar a tendência de redefinir inequidades estruturais como problemas pessoais, esmiuçando as interpretações que atribuem as condições desfavoráveis da vida das pessoas a suas falhas pessoais e resistindo aos esforços de desconsiderar emoções denunciatórias, como a raiva, que possuem valor de diagnóstico social. Assim sendo, devemos olhar para além das explicações que se restringem às características individuais, analisando parâmetros mais amplos de estratificação, tais quais os mecanismos causais que produzem hierarquias, além dos estratagemas ideológicos que os obscurecem, como a individualização de falhas sociais estruturais.

Em sexto lugar, não devemos supor que a ausência de crítica explícita ou protesto ostensivo comprove a inexistência de injustiça. Devemos, antes, compreender que a resistência organizada contra a injustiça depende da disponibilidade de mecanismos discursivos e esquemas interpretativos que permitem a articulação e manifestação aberta da injustiça. Devemos examinar a esfera pública com o intuito de identificar preconceitos que impedem o acesso equânime à voz política e arranjar mecanismos que, por meio da ampliação dos termos disponíveis para a nomeação e contestação dos problemas sociais, os superem. Em sétimo lugar, devemos suspeitar de exaltações deslumbradas da individualidade e acautelar-nos contra sociedades que fetichizam o amor e a interioridade da vida psíquica, ao mesmo tempo que sistematicamente negam à esmagadora maioria as condições materiais para a realização de ambos. Devemos religar a subjetividade e a objetividade. Finalmente, devemos apreciar a criatividade dos oprimidos, validar seu desejo por uma vida melhor e seu impulso para a construção

de sentido, ainda que nas circunstâncias mais desfavoráveis, cultivando a indignação social e a imaginação política. Façamos da justiça a virtude mestra – não apenas na teoria, mas também na prática.

Referências

ISHIGURO, Kazuo (2005). *Não me abandone jamais*. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras.

RAWLS, John (2008). *Uma teoria da justiça*. Tradução de Jussara Simões. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Resumo:

Nesse ensaio, Fraser elabora uma reflexão sobre a justiça a partir dos escritos de Platão, Rawls e Ishiguro. Por meio de uma análise crítica de *Não me abandone jamais*, Fraser procura extrair do romance de Ishiguro proposições práticas para nossa realidade cotidiana. Segundo a autora, uma sociedade justa deve desconstruir mecanismos sociais excludentes que, ao restringir o âmbito dos sujeitos de justiça a apenas um grupo social, impedem o tratamento equânime de todas as pessoas.

Palavras-chave: justiça; Nancy Fraser; John Rawls; Platão; Kazuo Ishiguro.

Abstract:

Proceeding from the writings of Plato, Rawls and Ishiguro, Fraser offers in this essay a new reflection on justice. Through a critical analysis of *Never let me go*, Fraser seeks to draw from Ishiguro's novel some practical precepts for our everyday life. According to her, a just society must deconstruct excluding social procedures that restrict the realm of subjects of justice to only one social group, thereby precluding fair treatment among all persons.

Keywords: justice; Nancy Fraser; John Rawls; Plato; Kazuo Ishiguro